

# JUSTIÇA & CIDADANIA

CONSTITUIÇÃO  
REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

ISSN 1807-792X  
Edição 93 - Abril de 2008  
R\$ 16,90



**MINISTRO  
HUMBERTO GOMES DE BARROS:**

**“O STJ NECESSITA RETORNAR AO  
RUMO TRAÇADO PELA CONSTITUIÇÃO”**

**Nesta edição: TROFÉU DOM QUIXOTE EM SÃO PAULO**



Foto: Renata Castiello Branco

# TRANSFORMAR SONHOS EM REALIDADE É DEVER CÍVICO

Paulo Skaf

Presidente da Federação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp)

A história foi escrita pelas pessoas e povos que ousaram acreditar nos seus sonhos e lutaram para transformá-los em realidade. A determinação nesse sentido é a força que derruba obstáculos e permite manter a esperança ante as barreiras aparentemente mais intransponíveis. Exemplo disso foi a mobilização dos brasileiros, em 2007, contra a continuidade da CPMF, desafio de alta complexidade num país de tradição presidencialista e na vigência de um governo que praticamente conseguiu aprovar tudo o que propôs ao Parlamento.

Contra os interesses de alguns, a lógica política e o ceticismo de muitos, a Fiesp acreditou na articulação da sociedade como forma de viabilizar a extinção daquele tributo. Valeu a pena! O vitorioso movimento cívico possibilitou desoneração fiscal de 1,5% do PIB, revertendo mais recursos a investimentos, à criação de empregos e à geração de renda.

Todo esse processo, além de seu significado intrínseco, deixou muito claro que o exercício da responsabilidade social é o mais vigoroso instrumento do mundo contemporâneo para transformar sonhos em realidade, e devemos crer nisso na busca do desenvolvimento. Não devemos esquecer que essa conquista depende da capacidade do País de vencer alguns desafios cruciais.

Sabemos que o caminho da prosperidade socioeconômica passa, necessariamente, pelo crescimento sustentado do nível de atividade e por uma série de políticas públicas. Temos de resgatar o passivo social, democratizar as oportunidades e transformar empregos, empreendedorismo e salários dignos nos principais meios de inclusão de milhões de pessoas nas prerrogativas da cidadania.

Esses objetivos-macros dependem do equacionamento

de algumas questões, como as reformas estruturais, a solução dos gargalos da infra-estrutura, recuperação e preservação ambiental, redução dos índices de violência e criminalidade, melhoria da segurança jurídica e preservação da soberania das instituições e poderes constituídos. Todas essas tarefas, independentemente da responsabilidade do Estado, somente serão empreendidas com êxito caso contem com ampla mobilização da sociedade.

Evidencia-se, assim, a importância de se multiplicar o exercício do civismo. Os brasileiros, como os povos vencedores da história, não devem intimidar-se ante a dimensão do desafio. A grandeza do embate não pode ser motivo de desânimo.

Nesse contexto, também não temos o direito, no processo de enfrentamento dos obstáculos que nos separam de melhores condições socioeconômicas, de nos resignar ante os equívocos de governos e desentendimentos entre nações. Devemos, sim, nos mobilizar para tentar intervir em temas nacionais e mundiais preocupantes, como a resistência de economias poderosas a acordos voltados a mitigar o aquecimento terrestre. É justo contribuirmos para a formação de consciência crítica sobre os flagelos da miséria em nosso continente e outras regiões do Planeta e a respeito da questionável estratégia de alguns poucos emergentes que fazem de salários indignos um esdrúxulo diferencial competitivo.

Tudo isto nos afeta. Porém, não podemos admitir, como desculpa para cruzar os braços, a inércia dos governos e a morosidade das políticas públicas de vários países e da diplomacia internacional na solução de impasses que atormentam o mundo e o Brasil. Tais dificuldades devem nos impulsionar mais ainda na direção do civismo




Foto: Raffaele Sgueglia

e da democracia participativa. Seria intolerável assistir passivamente aos impasses na Rodada Doha e em acordos multilaterais, como o Protocolo de Kyoto.

O mesmo aplica-se às questões brasileiras, como a teimosa postergação das reformas constitucionais, dentre elas a prioritária revisão do sistema tributário.

A entidade atua com vigor em todas as vertentes da responsabilidade socioambiental. Por meio do SESI-SP, com 125 mil alunos, e do Senai-SP, com mais de um milhão de matrículas por ano, ministramos, respectivamente, Ensino Fundamental e educação profissional de qualidade. Com o trabalho dos distintos departamentos e conselhos, nos quais atuam como voluntários mais de seis mil nomes da inteligência brasileira, propomos políticas públicas aos governos e ações efetivas às empresas, em áreas como meio ambiente, tecnologia, pesquisa, economia, comércio exterior, infra-estrutura, gestão e governança corporativa. Buscamos, ainda, intervir no processo político, quando está em risco a inegociável meta do crescimento do Brasil.

Não há dúvida de que a prática do civismo abre novas perspectivas à civilização quanto à viabilidade de uma sociedade global mais próspera, justa e feliz. Assim, é primordial esse olhar amplo, integrado e holístico sobre nossa responsabilidade, individual e coletiva, perante o mundo e as prioridades do Brasil. É por isto que, mais do que o direito, temos o dever de sonhar e de acreditar sempre em nossa capacidade de vencer o impossível. 

## NOTA DO EDITOR

É com júbilo e satisfação que publicamos o esplêndido e elucidativo artigo do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O industrial Paulo Skaf, digno e intemerato líder da amálgama dos responsáveis maiores da produção industrial do Brasil, inconformado com o escorchamento tributário que tolhe a caminhada do desenvolvimento e do progresso nacional pela asfixia fiscal, decidiu e resolveu partir para a luta aberta contra a incontida sofreguidão fazendária da União.

Deu um basta ao governo: chamou os políticos de todos os matizes à responsabilidade cívica; impôs regras a serem cumpridas sob pena de retaliação; conseguiu o justo atendimento da reivindicação das classes produtoras e derrubou, com o decidido apoio de congressistas sintonizados com a sociedade, a famigerada e deturpada CPMF.

Seu trabalho, ação e proselitismo fazem lembrar os benefícios deixados pelo saudoso industrial e homem público Roberto Simonsen – que, além de aglutinar no passado os industriais do Estado de São Paulo na portentosa Fiesp, ainda criou as grandes instituições do Senai, que muito têm ajudado na tecnicidade e formação dos profissionais da indústria, e o SESI, com os eficientes serviços sociais dispensados às famílias dos industriários.